



A presença da área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia das universidades federais

*Christian Lindberg Lopes do Nascimento**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo avaliar a presença da área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia das universidades públicas federais. Para tanto, parte-se da seguinte indagação: A área Ensino de Filosofia existe nos cursos de licenciatura em Filosofia? A questão surge a partir de um problema detectado em outros estudos, a saber, o forte caráter bacharelesco existente nos cursos de licenciatura em Filosofia. Após consultar o Projeto Político-Pedagógico (PPP's) destes cursos, constatou-se que, embora tímida, a área Ensino de Filosofia é uma realidade em parte deles, enquanto em outros é quase inexistente. O diagnóstico e a reflexão realizados podem colaborar com a reformulação curricular ou o fortalecimento da formação inicial dos/as professores/as de Filosofia. Por ser um estudo que envolve elementos quantitativos e qualitativos, foram adotados procedimentos metodológicos apropriados para a realização da investigação, mesclando a análise de conteúdo com a tabulação de dados. Como fonte, além dos PPP's e da legislação vigente, foram consultados referenciais teóricos que pudessem auxiliar na reflexão em torno do problema em questão.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Licenciatura; Universidade Federal.

* Doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: christian.lindberg76@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3836302511670207>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0325-5757>.

The presence of Philosophy Teaching in Philosophy undergraduate courses in federal universities

Abstract: This paper aims to evaluate the presence of Philosophy Teaching in Philosophy undergraduate courses of federal public universities. To this end, we start from the following question: Does Philosophy Teaching exist in the undergraduate courses in Philosophy? The question arises from a problem detected in other studies, such as the way the Philosophy undergraduate course focuses in research aspects, rather than teaching methods. After consulting the Political-Pedagogical Project (PPPs) of these courses, it was found that, although timid, the Philosophy Teaching area is a reality in part of them, while in others it is almost non-existent. The diagnosis and reflection carried out can collaborate with the curricular reformulation or the strengthening of the initial training of Philosophy teachers. Because this is a study involving quantitative and qualitative elements, appropriate methodological procedures were adopted to carry out the investigation, combining content analysis with data tabulation. As sources, in addition to PPPs and current legislation, theoretical references were consulted that could assist in the reflection on the problem in question.

Keywords: Philosophy Teaching; Bachelor's; Federal University.

La presencia del área de Enseñanza de la Filosofía en los cursos de pedagogía en Filosofía de las universidades estatales

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo evaluar la presencia del área de Enseñanza de la Filosofía en los cursos de pedagogía en Filosofía de las universidades públicas estatales. Para eso, comenzamos con la siguiente indagación: ¿El área de Enseñanza de la Filosofía existe en los cursos de pedagogía en Filosofía? La cuestión surge a partir de un problema detectado en otros estudios, esto es, las marcadas características de una formación de licenciatura que presentan los cursos de pedagogía en Filosofía. Después de consultar el Proyecto Político-Pedagógico (PPP's) de estos cursos, se confirmó que, aunque tímida, el área de Enseñanza de la Filosofía es una realidad en parte de ellos, mientras que en otros es casi inexistente. El diagnóstico y la reflexión realizados puedan colaborar con la reformulación curricular o el fortalecimiento de la formación inicial de los/las profesores/as de Filosofía. Por ser un estudio que contiene elementos cuantitativos y cualitativos, fueron

adoptados procedimientos metodológicos apropiados para la realización de la investigación, uniendo el análisis de contenido con la tabulación de datos. Como fuente, además de los PPP's y de la legislación vigente, fueron consultadas referencias teóricas que pudiesen contribuir en la reflexión en torno del problema en cuestión.

Palabras clave: Enseñanza de la Filosofía; Pedagogía; Universidad Estatal.

Introdução

Os pesquisadores em Ensino de Filosofia têm reivindicado, do ponto de vista da estrutura acadêmica brasileira, sua cidadania institucional. Esta situação decorre do simples fato de a área Ensino de Filosofia não ser reconhecida como um campo de conhecimento filosófico, algo que já acontece, corretamente, com a Metafísica, Lógica, Epistemologia, etc. Em muitos casos, por exemplo, é comum ouvir afirmações de que questões relacionadas ao Ensino de Filosofia são “coisas de pedagogo”. De igual modo, é comum que as disciplinas voltadas para a formação didático-pedagógica do licenciando em Filosofia sejam ofertadas pelas Faculdades/Departamentos/Institutos de Educação, passando a impressão de que os assuntos relacionados ao Ensino de Filosofia não são inerentes ao espectro filosófico.

A tradição universitária brasileira usualmente considera as questões do Ensino de Filosofia como de ordem exclusivamente pedagógica; nos cursos de formação de professores, estabelece-se uma nítida cisão entre as disciplinas filosóficas (aquelas que tratam de temas, das grandes áreas e da história da Filosofia – e costumam ser compartilhadas com o Bacharelado) e as disciplinas educacionais, as quais versam sobre didática, políticas educacionais, psicologia da educação e práticas de ensino – sendo ministradas, geralmente, para discentes de várias licenciaturas (Velasco, 2019b, p.77).

A reivindicação pela cidadania institucional encontra legitimidade prática no interior da comunidade filosófica nacional. Para enumerar um

pouco a capilaridade e dimensão, recorro aos estudos desenvolvidos por Patrícia Velasco, professora da UFABC. Os dados coletados por ela apontam que o mestrado profissional em Filosofia (Prof-Filo), que articula 17 universidades públicas e é sediado na UFPR, possuía 160 docentes e 584 estudantes em rede vinculados¹. No âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF), existe o *GT Filosofar e ensinar a filosofar*, que tem mais de 15 anos de existência e reúne pesquisadores/as da maioria dos estados do país. Há ainda as edições do Encontro ANPOF Ensino Médio, agora rebatizado de Encontro ANPOF Educação Básica. Os dados contribuem para dimensionar uma comunidade acadêmica pujante, que contempla múltiplas abordagens metodológicas e temáticas, que é sólida por todo país, reforçando o que diz Velasco (2019a, p. 8): “já há, no Brasil, um campo de conhecimento que podemos intitular de *Ensino de Filosofia ou Filosofia do Ensino de Filosofia*, o qual abarca produções bibliográficas e técnicas localizadas na interface entre a Filosofia e seu ensino”.

Nota-se, porém, que a ideia de área de conhecimento Ensino de Filosofia requer, sobremaneira, uma caracterização que lhe dê um estatuto peculiar. O que se quer dizer quando cito área Ensino de Filosofia? Velasco estabelece um esclarecimento importante para o desenvolvimento do argumento que pretendo desenvolver². Para ela:

Ensino de Filosofia será compreendido, neste trabalho, como *área de conhecimento*: um campo epistemológico e profissional autônomo. Apesar de neste texto usarmos de forma indistinta as noções de área e campo (tendo em vista que a primeira é adotada no meio acadêmico e, particularmente, nas agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no Brasil), tomamos como referência de nossas asserções a teoria dos campos de Pierre Bourdieu

¹ O Prof-Filo passou por um processo de expansão em 2022. Atualmente são 25 núcleos distribuídos em 21 estados da federação.

² Para Gelamo e Rodrigues (2021, p. 4), “no decorrer de seus textos, Velasco utiliza os termos campo e área de conhecimento de forma semelhante. O termo campo é frequente no debate acadêmico e área é adotada pelas agências de fomento à pesquisa”.

(1989, 2004a, 2004b); especificamente, interessa-nos o conceito bourdieusiano de **campo científico** (1983) (Velasco, 2022, p. 4).

Caracterização feita, o que pretendo identificar como sendo área Ensino de Filosofia se encontra nas disciplinas voltadas para a constituição de professores de Filosofia. Grosso modo, compreende-se por disciplina da área Ensino de Filosofia como aquelas direcionadas para a formação filosófica-pedagógica do licenciado e que promova, a luz da Filosofia, o estreitamento da relação teoria-prática na formação inicial dos professores.

Não obstante, como alerta Cerletti (2009, p. 55), no livro *O ensino de filosofia como problema filosófico*: “Um professor de filosofia não se “forma” tão somente ao adquirir alguns conteúdos filosóficos e outros pedagógicos [...] vai-se aprendendo a ser professor desde o momento em que se começa a ser aluno”. Isso implica dizer que, na formação inicial, o futuro professor de Filosofia começa sua jornada profissional, reforçando a importância das disciplinas da área Ensino de Filosofia no currículo da licenciatura em Filosofia.

O delineamento do que seja disciplina da área Ensino de Filosofia em um curso de licenciatura em Filosofia requer, também, especificar o conjunto de disciplinas que compõem o conhecimento específico da Filosofia. Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de de Filosofia, são basicamente essas: História da Filosofia, Metafísica, Ética, Filosofia Política, Estética, Epistemologia. Diante do mapeamento, há também disciplinas estritamente pedagógicas, como Psicologia, Didática Geral, Línguas, etc., que farão sentido ao futuro professor de Filosofia se permitir-lhe refletir, de forma crítica, sobre o que ensinar e pensar sobre como ensinar na educação básica. Como versa Cerletti:

A formação docente em filosofia deveria “formar” basicamente, alguém que esteja em condições de resolver o problema de ensinar filosofia, em situações diversas. Não alguém que tenha meramente “ferramentas” para ensinar, mas alguém que seja capaz de avaliar os supostos que acompanham as distintas ferramentas (pedagógicas, mas também sociais, de gênero, culturais,

etc.) e por que foram assim desenhados, como que objetivo, com que sentido (Cerletti, 2009, p. 63).

Quando é analisado o interior dos cursos de formação inicial de professores em Filosofia nas universidades, percebe-se que a área Ensino de Filosofia ainda tem pouca relevância nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) das licenciaturas. Basicamente, os componentes curriculares são distribuídos em disciplinas práticas, estágio obrigatório supervisionado e, eventualmente, as disciplinas teóricas.

Feito estas considerações iniciais, meu objetivo com este texto é identificar a área de conhecimento Ensino de Filosofia no interior dos cursos de licenciatura em Filosofia, notadamente nos existentes nas universidades federais. Para tanto, parte-se da seguinte questão: A área Ensino de Filosofia constitui-se como campo do conhecimento nos cursos de formação de professores em Filosofia?

Aspectos metodológicos

Um dos desafios para realizar este empreendimento investigativo foi selecionar um caminho que pudesse auxiliar na elucidação do problema. Desse modo, foi oportuno reunir elementos qualitativos e quantitativos no ato de pesquisar, tendo a análise de conteúdo como procedimento metodológico adotado.

Em uma primeira análise, constatou-se uma diversidade de disciplinas existentes nas matrizes curriculares dos cursos de Filosofia, muito embora o ementário delas limitam-se a descrever o nome do componente curricular, a carga horária e a natureza delas, ou seja, se elas são teóricas, prática ou teórico-prática. Isso implica dizer que foi um grande desafio identificar similaridades entre os componentes curriculares. Por outro lado, houve certa facilidade para dimensionar o caráter prático e/ou teórico da disciplina, como também a carga horária destinada a cada uma delas.

Nesse sentido, optou-se por observar apenas os cursos que ofertam licenciatura de modo presencial, muito embora haja certa semelhança entre

os PPP's desses cursos com os que são ofertados na modalidade EaD, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Foram analisados os 44 (quarenta e quatro)³ cursos de licenciatura de Filosofia existentes nas universidades federais do país⁴, que são distribuídos regionalmente da seguinte forma:

TABELA 01 - Distribuição dos cursos de licenciatura em Filosofia por região

REGIÃO	NÚMERO DE CURSOS
NORTE	06
NORDESTE	12
CENTRO-OESTE	04
SUL	08
SUDESTE	14

De concreto é que, do ponto de vista operacional, a pesquisa foi percorreu os seguintes passos: Ao analisar os PPP's, a estrutura curricular, as ementas, a carga horária das disciplinas, o título das disciplinas e o perfil das disciplinas (teórica, práticas ou teórico-práticas) compuseram os traços elementares do diagnóstico de situação de cada curso, para, em seguida, encontrar semelhanças entre eles. Em seguida, as disciplinas que encontraram afinidade foram agrupadas em blocos, geralmente organizados pela unidade existente no título. Tal movimento possibilitou aglutiná-las e, posteriormente, quantificá-las, visando à elaboração dos gráficos/tabelas.

Esse procedimento meticuloso e analítico foi fundamental para o desenvolvimento da próxima etapa da pesquisa, a análise dos dados coletados. Por outro lado, a quantificação dos dados subsidiou a reflexão,

³ Os PPP's analisados encontravam-se em vigência no momento que houve a pesquisa, muito embora houvessem cursos com antigos em funcionamento.

⁴ A região Sudeste concentra o maior número de cursos, acompanhada da região Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste. O único estado brasileiro que não possui curso de graduação em Filosofia (licenciatura) em uma universidade federal é Roraima.

procurando desvendar a presença da área Ensino de Filosofia no PPP's dos cursos investigados.

O real interesse da escolha feita foi permitir posicionar os dados quantificados diante da reflexão qualitativa do problema, promovendo uma abordagem metodológica peculiar.

A investigação acerca do ensino de Filosofia não supõe uma reflexão exclusivamente teórica que se “despeja” logo sobre a prática de modo prescritivo, mas de uma interação entre os problemas que são gerados na prática e as reflexões teóricas acerca dos problemas filosóficos mesmos, incluído o problema do Ensino de Filosofia (Cerletti, 2020a, p. 14).

Para subsidiar a discussão, foram consultados, além dos PPP's dos cursos de licenciatura em Filosofia, textos (livros, capítulos de livros, artigos científicos, resoluções, legislação, etc.) que pudessem dialogar com os dados investigação, especialmente aqueles que tenham o perfil do professor de Filosofia no seu processo inicial de formação como elemento central.

O texto é dividido em algumas partes. No primeiro momento, buscou-se identificar aspectos contidos na legislação para tentar compreender o movimento normativo que regula a constituição dos cursos de licenciatura em Filosofia, para, em seguida, pincelar componentes curriculares voltados para a área Ensino de Filosofia.

Em seguida, foi feita a análise dos dados coletados, a tipificação quantitativa das disciplinas existentes nos PPP's e uma pequena reflexão. Constatou-se que, muito embora haja um conjunto de ações voltadas para a formação inicial de professores em Filosofia, o que possibilita o incremento da área Ensino de Filosofia nos cursos, os PPP's ainda não refletem a amplitude do campo.

O terceiro movimento consistiu em elaborar um pequeno diagnóstico da realidade da Argentina, para tentar demonstrar como a cultura bacharelesca existente nos cursos de licenciatura é razoavelmente forte também em outras tradições universitárias.

Por fim, foram feitas as análises necessárias para dimensionar a presença da área Ensino de Filosofia nos cursos de formação de professores em Filosofia que existem nas universidades brasileiras, sempre acompanhadas das revisões e reflexões necessárias.

A área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia: o que diz a legislação?

Desde a aprovação da LDB, no final de 1996, um conjunto de normas procura regulamentar o arranjo curricular dos mais variados cursos de licenciatura. Tentam elucidar elementos conceituais, práticos inerentes a cada curso e questões voltadas para o exercício da profissão docente.

A primeira legislação específica que precisa ser considerada é a Diretriz Curricular Nacional para o curso de Filosofia. Ela determina que a matriz curricular deve ser composta por disciplinas dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) com conteúdos específicos e atividades complementares. Para as licenciaturas, acrescenta-se o Estágio Supervisionado obrigatório e as disciplinas pedagógicas.

Na parte dos componentes específicos, a resolução nº 492/2001/CNE⁵ afirma que: “O elenco tradicional das cinco disciplinas básicas (História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia Geral: Problemas Metafísicos) tem se comprovado como uma sábia diretriz” (Brasil, 2001, p. 3). A resolução estabelece que o licenciado em Filosofia precisa “enfrentar com sucesso os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica” (Brasil, 2001, p. 3), como também transmitir o legado filosófico contido na História da Filosofia. Quando o assunto é licenciatura em Filosofia, menciona que “deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as

⁵ A resolução nº 12/2002/CNE reforça os princípios gerais contidos na resolução em tela, não alterando, portanto, suas diretrizes.

didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam” (CNE, 2001, p. 4).

Porém, ao destacar as competências e habilidades específicas para o curso de Filosofia, a resolução nº 492/2001/CNE estabelece orientações que contemplam os cursos que formam bacharéis em Filosofia, mas não menciona qualquer competência e habilidade específica para o futuro professor de Filosofia. Isso implica dizer que não há nenhuma orientação a ser contemplada pelos PPP’s das licenciaturas em Filosofia, impactando diretamente na inserção de componentes curriculares da área Ensino de Filosofia nos cursos de formação inicial de professores.

Os PPP’s precisam ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior. Neste caso, a licenciatura em Filosofia volta-se, sobretudo para o ensino de Filosofia no nível médio. Desse modo, o estágio curricular obrigatório precisa ter uma carga horária específica e compor o currículo oficial de cada curso de licenciatura.

Há outras duas resoluções que procuram normatizar a formação inicial dos professores de Filosofia: A resolução nº 02/2019/CNE e a resolução nº 02/2015/CNE⁶. Sem ter a pretensão de estabelecer qualquer tipo de análise, muito menos adentrar em aspectos valorativos, pode-se afirmar que as duas fortalecem aspectos fundamentais para a formação inicial do professor, especialmente ao determinar uma carga horária para os componentes curriculares práticos, reposicionar o estágio curricular obrigatório e tentar estreitar a relação entre teoria e prática ao longo dos cursos de licenciatura.

Junot Cornélio de Matos, no livro *A formação pedagógica dos professores de Filosofia: um debate, muitas vozes*, procura, entre outros objetivos, elucidar aspectos relacionados ao perfil do professor de Filosofia em nosso país. Identifica que há dois momentos importantes que caracterizam o perfil dos cursos de licenciatura em Filosofia no país. O primeiro é datado entre as décadas de 1960-1970, especialmente com a aprovação da LDB de

⁶ A resolução de 2015 foi revogada pela de 2019. Mesmo assim, tem sido objeto de apreço por parte da comunidade universitária nacional quando o assunto é diretriz curricular para a formação inicial de professores.

1971, que estabeleceu o currículo mínimo para a graduação. As disciplinas foram organizadas em três grandes blocos, um histórico, outro sistemático e o terceiro teve o caráter mais científico, visando relacionar a reflexão filosófica com o pensamento científico. Somam-se a esses três blocos, conteúdos que auxiliam o licenciando na futura profissão, ou seja, disciplinas voltadas para o ensino. O fato é que, segundo Matos (2013, p.89), “parece-nos que os cursos de Filosofia, como vários outros de áreas específicas do conhecimento humano, não estão muito preocupados com a questão de serem, também, cursos de formação de professores”. O segundo momento foi originado com a aprovação da LDB no final de 1996, que, de acordo com Matos (2013), impulsionou um conjunto de pareceres. Além de manter aspectos relacionados à formação específica e técnica para o futuro professor de Filosofia, apresenta a demanda de incrementar a carga horária destinada à formação pedagógica, estágio supervisionado e atividades práticas ao longo do curso de licenciatura.

Elisete Tomazetti, em um texto intitulado *Mudanças curriculares no curso de Filosofia licenciatura plena da UFSM: breves considerações*, que compõe o livro *Filosofia na Universidade*, identifica que a resolução nº 02/2002/CNE, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia, e a resolução nº 01/2002/CP/CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, devem ser entendidas como legados da LDB de 1996. Consideradas em seu conjunto, as duas resoluções determinam uma carga horária mínima para cada bloco formativo existente na licenciatura em Filosofia: 1.800h para a formação técnica específica, 400h de atividades práticas e 400h para o Estágio Curricular obrigatório. Para ela (2006, p. 201), “busca-se superar a ideia de que as disciplinas pedagógicas devam possuir um prisma eminentemente didático-tecnológico, que instrumentalizam o aluno com métodos e técnicas eficazes para o ensino”. A partir de 2004, há um acréscimo na carga horária das disciplinas didático-pedagógicas e a incorporação de disciplinas da área Ensino de Filosofia, como Prática em Filosofia, Pesquisa para o Ensino de Filosofia etc. No entanto, destaca que a carga horária destinada às atividades práticas continua sendo mal utilizada. Conclui que “os cursos de

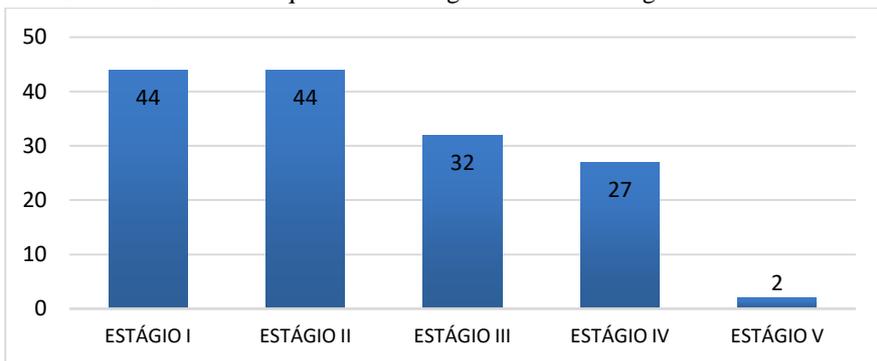
licenciatura assumiram-se, historicamente, muito mais como cursos de bacharelado, ao privilegiarem o domínio do conteúdo conceitual, do que como cursos de formação de professores” (Tomazetti, 2006, p. 209).

As considerações feitas permitem avaliar que, com o passar do tempo, os PPP's precisaram adicionar componentes – teóricos e práticos – na estrutura curricular da área de Ensino de Filosofia, como também considerar o Estágio Supervisionado obrigatório como atividade formativa fundamental para o futuro professor.

Análises e discussões: a área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia das universidades federais

Ao analisar as disciplinas que contemplam a área de conhecimento Ensino de Filosofia, observa-se uma variação muito grande nos cursos de licenciatura em Filosofia ofertados pelas universidades federais. Com base nos dados que foram tabulados, somando disciplinas teóricas, práticas e teórico-práticas, contata-se a existência de 105 (cento e cinco) disciplinas com nomenclaturas diferentes.

Entre os componentes curriculares práticos nota-se a predominância do Estágio Supervisionado obrigatório. Embora não seja disciplina, ela visa colocar em prática os ensinamentos técnicos e pedagógicos aprendidos no decorrer da licenciatura. Devido a um dispositivo legal, a carga horária deve totalizar, no mínimo, 420h ao longo do curso. A distribuição da carga horária destinada ao Estágio varia no decorrer de cada curso, muito embora a maioria concentre toda nos dois últimos semestres letivos. No Gráfico 01 encontra-se a quantidade de estágios ofertados por curso.

GRÁFICO 01 – Frequência do estágio curricular obrigatório nos PPP's

Fonte: elaboração própria.

No âmbito dos componentes curriculares com teor prático, alguns poucos cursos ofertam, ao longo da graduação, disciplinas que visam atender o que preconiza a legislação educacional voltada para a formação inicial de professores. Confira:

TABELA 02 – Disciplinas práticas que são ofertadas em cada curso

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA PRÁTICA
UFMG	Pesquisa e ensino de filosofia, Laboratório de ensino de filosofia, Prática de ensino em filosofia I
UFRJ	Prática de ensino em filosofia
UFF	Pesquisa e prática de ensino (I, II, III e IV)
UFBA	Didática e práxis pedagógica em filosofia (I e II)
UFSCAR	Prática de ensino de filosofia (I e II)
UFOP	Seminário de ensino filosófico (I, II, III, IV, V e VI)
UFMA	Metodologia do ensino de filosofia I
UFSM	Filosofia e ensino de filosofia (I e II)
UFRB	Prática do ensino de filosofia (I e II)

Fonte: elaboração própria.

Embora a conceitualização do que seja disciplina prática ainda produza discussões intensas e extensas, mesmo com os pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nota-se, com base na tabela 02, que a inserção de disciplinas da área Ensino de Filosofia na categoria de disciplinas práticas é bem baixa, concentrado em 8 (oito) cursos de licenciatura.

Outro conjunto de disciplinas é aglutinado no bloco que contempla aulas teóricas e práticas. Embora não tenha um contingente expressivo, totalizando 7 (sete) cursos, pode-se constatar que esses componentes curriculares são fundamentais para promover a reflexão sobre a prática em sala de aula.

TABELA 03 – Disciplinas teórico-práticas que são ofertadas em cada curso

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA TEÓRICO-PRÁTICA
UFMG	Prática de ensino em filosofia II
UFOP	Metodologia de pesquisa em filosofia
UNIFESP	Seminário de ensino de filosofia
UFMA	Laboratório de ensino de filosofia (I e II)
UFSM	Metodologia do ensino de filosofia e Pesquisa para o ensino de filosofia
UFLA	Metodologia do ensino de filosofia
UFFS/ERECHIM	Prática de ensino em filosofia (I, II, III e IV) e Estágio curricular supervisionado (I e II)

Fonte: elaboração própria.

O levantamento realizado também detectou um grupo de disciplinas que não expuseram seu caráter, ou seja, não informaram se são teóricas, teórico-práticas ou práticas. Em certa medida, a dificuldade consiste na identificação do perfil que cada um destes componentes possui na estrutura curricular dos cursos em seus respectivos PPP's.

TABELA 04 – Disciplinas que são ofertadas em cada curso

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA
UFJF	Saberes filosóficos escolares, Ensino de filosofia (I e II), Projeto de docência filosofia (I e II), Estágio (I e II)
UFCG	Laboratório de ensino-aprendizagem de filosofia (I, II e III)
UNIFESP	Estágio curricular (I, II, III e IV)
UFG	Estágio (I, II, III e IV)
UFPA	Laboratório de filosofia (I e II)
UFRRJ	Estágio curricular (I, II, III e IV), ensino de filosofia
UFPEL	Estágio curricular (I, II e III)
UFT	Metodologia de pesquisa em filosofia

Fonte: elaboração própria.

Todavia, conforme observado, parte dos componentes que não são indicados nos PPP's como teóricas, práticas ou teórico-práticas nos cursos intitulam-se Estágio Curricular ou algo similar, ou seja, pressupõe-se que são atividades práticas voltadas para o exercício profissional no futuro local de trabalho e tem por objetivo aliar teoria e prática.

O último bloco de disciplinas da área Ensino de Filosofia que aparece nos PPP's dos cursos de formação de professores de Filosofia nas universidades federais é aquele caracterizado como teórico, ou seja, a carga horária é distribuída em atividades realizadas em sala de aula e as ementas têm como fio condutor a discussão de textos do campo. Embora o objetivo aqui não tenha sido analisar o conteúdo de cada ementa, pode-se afirmar que há uma multiplicidade nos títulos das disciplinas, como também uma vasta e ampla indicação de referencial bibliográfico, composto por autores/as

brasileiros/as e estrangeiros/as⁷. Com base nos dados coletados, pode-se estabelecer o seguinte quadro.

TABELA 05 – Disciplinas teóricas ofertadas em cada curso

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA
UFRJ	Didática da filosofia (I e II)
UFRGS	Seminário de ensino de filosofia, Didática em filosofia prática, Didática em filosofia teórica
UFSC	Seminário de ensino de filosofia, Metodologia do ensino de filosofia, Seminário de ensino de filosofia
UFPI	Metodologia do ensino de filosofia
UNB	Metodologia do ensino de filosofia
UFPR	Metodologia do ensino de filosofia, Prática de pesquisa em ensino de filosofia
UFPE	Metodologia do ensino de filosofia (I, II e III)
UFSCAR	Pesquisa em ensino de filosofia
UFMT	Didática em filosofia, Seminário de prática de ensino
UFES	Ensino de filosofia II
UFRN	Metodologia do ensino da filosofia
UFCG	Metodologia do ensino de filosofia (I e II), Prática de pesquisa em ensino de filosofia (I, II e III)
UFU	Metodologia do ensino da filosofia
UFPB	Prática do ensino de filosofia (I e II)

⁷ Diante do vasto material disponível, talvez valha a pena um estudo mais aprofundado para averiguar quais autores/as são estudados e em quais disciplinas da área Ensino de Filosofia são mencionados/as, como também desenvolver análises mais pormenorizadas.

UFPA	Didática da filosofia
UFMA	Metodologia do ensino da filosofia ii
UFMS	Prática de ensino, Leitura e pesquisa em filosofia (I, II, III, IV, V e VI)
UFABC	Filosofia do ensino de filosofia
UFSM	Didática em filosofia, Habilidades de ensino em filosofia (optativa)
UNIRIO	Metodologia do ensino da filosofia
UFSJ	Didática do ensino de filosofia
UNILA	Filosofia e ensino, Didática e metodologia em ensino de filosofia
UFT	Estagio supervisionado IV (TCC) ⁸
UNIR	Ensino de filosofia
UNIFAP	Metodologia do ensino da filosofia

Fonte: elaboração própria.

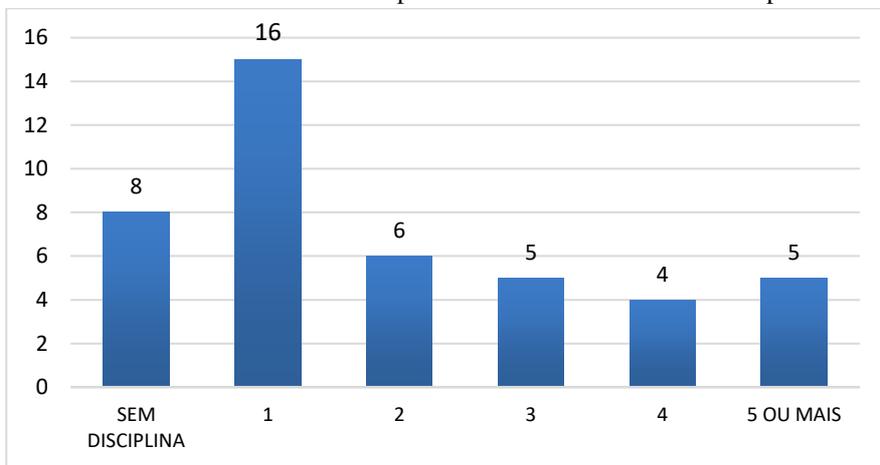
A descrição dos componentes práticos, teóricos, teórico-práticos e com o perfil não informado pelos PPP's auxilia a identificar a presença da área Ensino de Filosofia nos cursos de formação inicial de professores em Filosofia, permitindo, por exemplo, constatar sua existência enquanto campo do conhecimento. De igual modo, tende a impulsionar reflexões em torno do perfil do docente que a universidade federal tem formado, contribuindo, eventualmente, com futuras alterações nas diretrizes curriculares destes cursos.

A primeira análise não furta a possibilidade de realizar mais algumas constatações. Das 44 licenciaturas em Filosofia das universidades federais, 8 (oito) não ofertam nenhuma disciplina da área Ensino de Filosofia.

⁸ O caso da UFT é um fato, no mínimo, curioso. Segundo o PPP da licenciatura, o Estágio Supervisionado IV serve, também, para que o estudante elabore um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que pode justificar o aspecto teórico desse componente curricular.

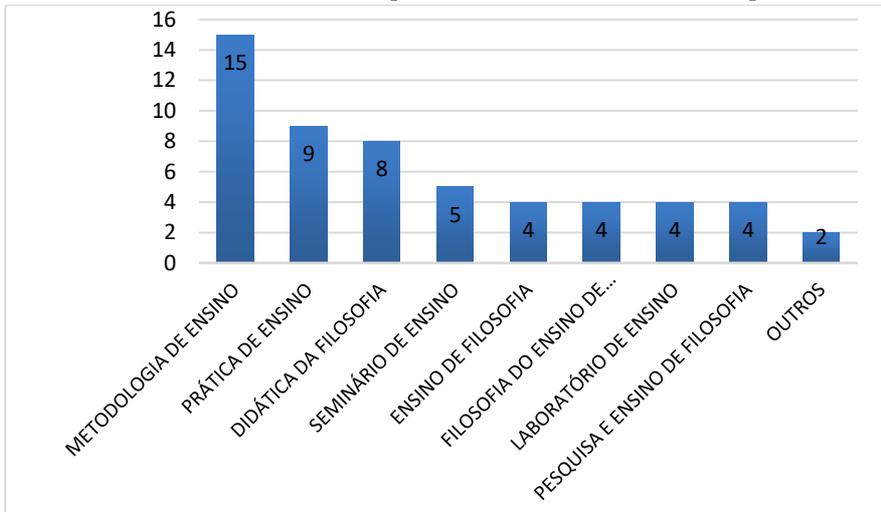
São elas: UFAC, UFAL, UFAM, UFC, UFCA, UFFS/Chapecó, UFG, UFS. Se somar este contingente com os cursos que ofertam apenas uma disciplina do campo, 52,2% das licenciaturas observadas dispõem apenas, no máximo, de uma disciplina da área Ensino de Filosofia no seu PPP.

GRÁFICO 02 – Número de disciplinas da área Ensino de Filosofia por IFES



Fonte: elaboração própria.

A segunda constatação que pode ser extraída dos dados coletados é a tentativa de quantificar quais são as disciplinas mais comuns e sua regularidade nos diversos cursos de licenciatura. Entre os 44 cursos de graduação, na modalidade presencial, disciplinas da área Ensino de Filosofia, excetuando o Estágio Supervisionado, percebe-se que, entre as disciplinas práticas e teóricas, há uma oferta razoavelmente diversificada. Grosso modo, elas contemplam aspectos de ordem metodológica, didática e conceituais, como pode ser visto no gráfico abaixo.

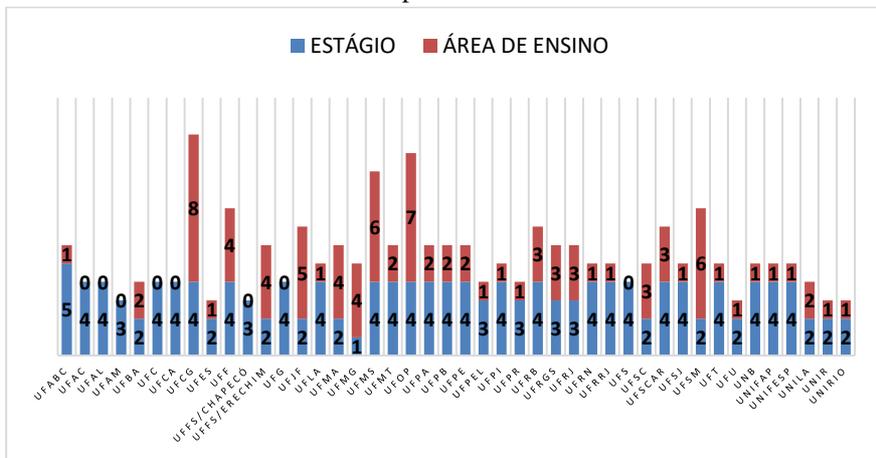
GRÁFICO 03 – Nome da disciplina da área Ensino de Filosofia por IFES

Fonte: elaboração própria.

Como se observa, a variedade de disciplinas é grande, mesmo que tenha sido realizado uma aproximação entre as existentes, considerando a nomenclatura e/ou a ementa. Assim, nota-se que a disciplina Metodologia de Ensino aparece em 15 cursos de Filosofia. Em seguida, tem-se Prática de Ensino (9 cursos), Didática Filosófica (8 cursos), Seminário de Ensino (5 cursos), Ensino de Filosofia (4 cursos), Filosofia do Ensino de Filosofia (4 cursos), Laboratório de Ensino (4 cursos) e Pesquisa e Ensino de Filosofia (4 cursos).

Os dados obtidos também permitem constituir um gráfico que dimensiona a presença da área Ensino de Filosofia em cada curso de licenciatura em Filosofia. Considerando uma divisão entre os componentes que compõem o campo do conhecimento filosófico e o Estágio curricular, chega-se à seguinte conclusão:

GRÁFICO 04 – Distribuição das disciplinas da área Ensino de Filosofia e Estágio por IFES



Fonte: elaboração própria.

Com certo destaque, os cursos da UFCG, UFOP, UFMS e USFM, com 8, 7, 6 e 6 disciplinas (teóricas, práticas e/ou teórico-práticas), possuem o maior contingente de disciplinas ofertadas da área Ensino de Filosofia aos seus licenciandos, além, é óbvio, do Estágio curricular obrigatório. Pode-se afirmar que esses cursos são ilhas diante do cenário nacional? É o que parece, visto que representam apenas 9% do total de cursos investigados para elaborar este estudo.

As informações aqui apresentadas tentam expor um diagnóstico da presença da área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia das universidades federais. Como disse, as fontes utilizadas para realizar as análises foram os PPP's, onde foram pinceladas as disciplinas que podem ser identificadas como pertencentes da área. Nesse sentido, percebe-se que há certa insuficiência de disciplinas e/ou componentes curriculares nos cursos investigados. Ora, o que justifica esta situação?

A hipótese mais comum para esta constatação é a de que há uma forte valorização na formação de pesquisadores nos cursos universitários, independentemente de ser licenciatura ou bacharelado. A cultura bacharelesca, como usualmente se diz, é forte e persiste, negligenciando, muitas

vezes, as peculiaridades formativas da qual se espera do futuro professor. Ela é tão marcante que acaba impedindo o incremento de disciplinas com caráter didático-pedagógicas, alegando que elas podem implicar numa dispersão da formação específica do futuro professor de Filosofia. Matos (2013) é reticente em relação ao que observa nos cursos de formação professores de Filosofia.

Trazemos como hipótese de trabalho que a formação pedagógica desenvolvida em curso de licenciatura em filosofia não tem atendido adequadamente ao objetivo de formar professores de filosofia para o exercício competente da docência, limitando-se a trabalhar a formação de “filósofos” com um preparo mínimo para dar “aulas” de filosofia e sem uma identidade profissional delineada (Matos, 2013, p. 96).

Análise semelhante é desenvolvida por Silvio Gallo, no livro *Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio* (2012). Para ele, o perfil dos egressos dos cursos de licenciatura em Filosofia no Brasil tem semelhança com a de um bacharel em Filosofia. Mesmo com inserção da Filosofia na educação básica, normalmente a parte voltada para a formação didático-pedagógica é secundarizada nos cursos de licenciatura, comprometendo o desenvolvimento pleno da relação teoria-prática na formação inicial do futuro professor.

A cultura bacharelesca propicia, no caso de cursos de licenciatura, uma dicotomia que parece não compactuar com os desafios da docência na atualidade. Ela parte do pressuposto de que, se o professor for um bom pesquisador, questões de ordem didático-pedagógica são resolvidas como um “passe de mágica”. Grosso modo, basta formar o estudante-pesquisador que ele será um ótimo professor. Porém, esta perspectiva parece encontrar limites práticos. Segundo Paula Ramos, por exemplo:

Mesmo a partir de uma visão pouco problematizadora acerca do ensinar e do aprender em filosofia, o bacharelado deve lidar com o aprender filosofia em seu curso de graduação e caso venha a se tornar um professor do

ensino superior terá que enfrentar o ensino de Filosofia que, até então, parece unicamente objeto daqueles que irão ministrar aulas no Ensino Médio ou, poderíamos dizer, na Educação Básica (Oliveira, 2015, p. 228).

O fato é que, embora pareça ter certa aceitação no interior da comunidade filosófica nacional, a cultura bacharelesca que predomina nos cursos de licenciatura em Filosofia não compactua com os desafios da realidade da sala de aula. De igual modo, pelo que foi visto no levantamento, caso não fosse a obrigatoriedade relacionada a carga horária específica destinada ao Estágio Supervisionado obrigatório e às disciplinas práticas, provavelmente os cursos de licenciatura em Filosofia teriam uma presença ínfima de disciplinas da área Ensino de Filosofia.

As licenciaturas estão bem aquém das demandas formativas da contemporaneidade, ou seja, elas reforçam a cultura bacharelesca ao manter a dicotomia de que há um profissional em Filosofia para pesquisar Filosofia e outro profissional para lecionar, ministrar aulas de Filosofia na educação básica. O que se espera de um bom profissional que trabalhe na docência é que, além do domínio técnico-especializado, é que ele seja capaz de se manter sempre atualizado, utilizar as mais variadas técnicas de ensino e, principalmente, ser um professor-pesquisador. Para tanto, componentes curriculares – teóricos, práticos e teórico-práticos – da área de conhecimento Ensino de Filosofia são fundamentais, demandando sua maior inserção nos arranjos curriculares dos cursos de licenciatura em Filosofia.

A área Ensino de Filosofia nos cursos de professorado: apontamentos sobre a realidade da Argentina

A estreita relação entre Brasil e Argentina na área Ensino de Filosofia ocorre, especialmente, devido à influência que os estudos desenvolvidos por Guillermo Obiols, Alejandro Cerletti, Laura Agratti e Walter Kohan têm sobre os pesquisadores brasileiros. Provavelmente, essa situação tende a legitimar qualquer tentativa de estudo comparativo entre os dois países.

Entretanto, a impressão que se tem é que o país de Maradona e Evita Perón possui uma tradição em problematizar sobre o Ensino de Filosofia mais consolidada se comparado com a realidade de nosso país. Isso implica dizer que a área Ensino de Filosofia aparece de forma relevante nos cursos de formação de professores de Filosofia para a educação básica? Sem ter a pretensão de estabelecer uma História do Ensino de Filosofia na Argentina, tentarei elucidar alguns aspectos relacionados à formação de professores de Filosofia para o ensino secundário, tentando pincelar possíveis diálogos com a realidade brasileira.

Alejandro Cerletti, no livro *La filosofía en la universidad*, estabelece que os cursos de formação de professores para a educação básica na Argentina vivem o seguinte dilema: Forma-se o jovem para ensinar Filosofia ou para investigar Filosofia? Esta questão resulta do perfil acadêmico em Filosofia que formam dois tipos de profissionais no seu país: O professorado em Filosofia e o licenciado em Filosofia. O professorado, menos valorizado socialmente e dentro da própria universidade, tem por objetivo formar professores para a educação secundária. O licenciado destina-se a formação de pesquisadores em Filosofia⁹.

No caso do licenciado, Cerletti (2020b) observa que a profissão de investigador passa por uma profunda hiperespecialização cada vez com mais frequência. Pautada por critérios avaliativos, conta com o aporte financeiro das agências de fomento à ciência volumoso. Para ele, o resultado dessa especialização tem valorizado aspectos mais quantitativos do que qualitativos na pesquisa filosófica no âmbito universitário, potencializado pelo viés competitivo que subordina as relações existentes entre os pesquisadores de Filosofia.

A questão que fica é: E os cursos que preparam para ensinar Filosofia no ensino secundário? Há certo entendimento de que os jovens que cursam professorado em Filosofia são aqueles que não lograram êxito na carreira acadêmica. Outro consenso é de que apenas a formação específica em Filosofia, sem a devida relação com o seu ensino, é suficiente para preparar

⁹ Algo similar aos cursos de licenciatura e bacharelado que existem no Brasil.

profissionais capazes para lecionar na educação secundária. Neste último caso, a compreensão que se tem é a de que a Filosofia ensinada nas escolas secundária é uma espécie de outra Filosofia, fora do nível, que requer uma pequena adaptação ou até mesmo uma aproximação com a Filosofia universitária (Cerletti, 2020g, p. 16). Embora não exponha elementos sobre a presença da área Ensino de Filosofia nos cursos de formação de professores de Filosofia nas universidades argentinas, Cerletti observa que há certa desvalorização dos cursos de professorado, rebaixando-os a cursos de segunda categoria.

Paradoxalmente, Cerletti (2020b) reconhece que a formação de professores de Filosofia por não ter uma dimensão institucional, com legislação específica que demande arranjos curriculares determinados ou centrados nas avaliações de larga escala, como acontece no Brasil, permite que a preparação profissional seja mais livre, mais criativa, com mais liberdade de pensamento, em outros termos, mais próxima dos valores filosóficos. Para Cerletti (2020b, p. 17), tal situação pode ser propícia para a formação de professores de Filosofia, potencializando o espírito questionador dos jovens secundaristas, tornando o Ensino de Filosofia mais livre, solto das amarras de uma eventual legislação educacional. Como afirma: “A Filosofia, ou melhor, o filosofar, pode suportar uma institucionalização na medida em que estabeleça uma temporalidade diferente da instituída” (Cerletti, 2020b, p. 19, tradução minha).

Federico Uicich, em um texto intitulado *As figuras do professor/a de Filosofia na formação de professores universitários em Filosofia na Argentina: uma análise a partir dos planos de curso* analisou os 24 cursos que outorgam o título de professorado em Filosofia nas universidades públicas da Argentina. Após concluir o levantamento, chegou as seguintes conclusões: 1) O peso destinado à formação docente é muito inferior ao destinado para a formação específica em Filosofia nos cursos de professorado em nível universitário; 2) A maioria dos planos de curso delimitam entre 4 e 8 o número de disciplinas da área Ensino de Filosofia.

Outra constatação feita por ele é de que existem quatro perfis de estudantes de Filosofia nos cursos de nível superior: 1) O perfil com vocação

pura, entendida como aquele na qual o estudante busca e estimula adquirir a cultura filosófica; 2) O perfil do compromisso ideológico, entendido como sendo aquele na qual os estudantes estão comprometidos explicitamente com a transmissão, prática e defesa de certo ponto de vista religioso ou político; 3) O perfil da crítica cultural, ou seja, situação que favorece uma atividade reflexiva e crítica do mundo; 4) O perfil da atividade profissional, compreendido como aquele na qual o estudante se forma para ocupar um espaço na sociedade que requer determinadas atitudes cognitivas e procedimentais no exercício profissional. Porém, mesmo notando a diversidade no alcance profissional para o detentor do título de professorado, nota-se que a formação para a docência ocupa o lugar central na formação inicial.

Uicich destaca que os cursos de professorado em Filosofia das universidades argentinas possuem baixa carga horária destinada às disciplinas com caráter pedagógico se comparada com as disciplinas específicas da área de Filosofia, como pode ser visto na tabela abaixo:

Universidad	Diración carrera	Total materias	Materias disciplin.	Materias profesor.	Materias profesor.
UADER	4 años	32	21	11	34,38%
UBA	5 años	33	30	3	9,09%
UCA	5 años	52	48	4	7,69%
UCASAL	4 años	45	38	7	15,56%
UCSF	4 años	27	23	4	14,81%
UM	4 años	34	30	4	11,76%
UNC	5 años	27	20	7	25,93%
UNCa	4 años	29	23	6	20,69%
UNCOMA	5 años	27	21	6	22,22%
UNCu	4 y 1/2 años	37	29	8	21,62%
UNGS ¹	5 años	33	26	7	21,21%

UNJu	4 años	30	24	6	20,00%
UNL	5 años	34	28	6	17,65%
UNPL	sin datos	28	23	5	17,86%
UNMDP	4 años	29	22	7	24,14%
UNNE	5 años	36	27	9	25,00%
UNR	5 años	41	36	5	12,20%
UNRC	4 años	38	28	10	26,32%
UNS	5 años	33	22	11	33,33%
UNSa	5 años	30	22	8	26,67%
UNSaM	5 años	43	37	6	13,95%
UNSJ	5 años	29	21	8	27,59%
UNSTA	5 años	44	33	11	25,00%
UNT	5 años	33	28	5	15,15%

Fonte: Uicich, 2020, p. 134.

Por outro lado, observa que o perfil dos graduados em Filosofia (professorado) contempla uma formação vocacional que na maioria dos casos excede o alcance da formação para a docência. Para Uicich (2020, p.154), há uma tensão “entre a estrutura curricular, os perfis de graduado e o alcance do diploma”, passando a impressão de que os professores de Filosofia podem trabalhar em diversas outras profissões existentes no mercado de trabalho.

Feito estas considerações, percebe-se que a presença de disciplinas do campo de conhecimento Ensino de Filosofia nos cursos de professorado na Argentina não difere muito da realidade brasileira. Com exceções, o que predomina é a perspectiva bacharelesca nos cursos, simbolizado pela pouca inserção de disciplinas da área nos PPP’s dos cursos.

Considerações finais

Cerletti (2020a) identifica que a cultura bacharelesca ainda predomina nos cursos de formação de professores na Argentina. Tal afirmação pode ser muito bem apropriada para a realidade brasileira. De igual modo, ele nos alerta que uma excelente formação teórica não significa necessariamente em uma prática profissional adequada, muito embora o professor recém-formado possua conhecimentos atualizados sobre o campo disciplinar no qual se formou. Por outro lado, percebe que há uma segunda vertente que procura contemplar certo vínculo entre conhecimentos filosóficos e conhecimentos pedagógicos ou didáticos, em que estes teriam a função de auxiliar o acesso a conteúdos complexos e abstratos da própria Filosofia. Em sua opinião, a formação inicial dos professores de Filosofia deve conter componentes teóricos e práticos. Nesse sentido, deve-se formar o que denomina de professor-filósofo, tentando superar uma suposta dicotomia entre os cursos de licenciatura e professorado.

Promovendo uma adaptação para a realidade brasileira, implica afirmar a necessidade de suprimir a dicotômica preparação para a pesquisa, típica do bacharelado, e para ministrar aulas na educação básica, comum nos cursos de licenciatura, na formação inicial dos professores. Todavia, a inserção de disciplinas da área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia talvez seja o caminho possível para se pensar qualquer etapa futura na formação de professores.

Com base na reflexão feita por Laura Agratti, no livro *Filosofia, Formação docente e cidadania*, o que se espera de um professor de Filosofia é que, no exercício de sua função profissional, possa ser capaz de elaborar novas perguntas, refletir sobre os problemas atuais, mas sem cair no espontaneísmo. Desse modo, o professor de Filosofia, formado a partir dos conhecimentos específicos e didático-pedagógicos, deve ter o compromisso e a capacidade de relacionar teoria e prática nas suas atividades em sala de aula, o que demanda o incremento de disciplinas da área Ensino de Filosofia nos currículos das licenciaturas em Filosofia.

Em suma, mesmo com a baixa inserção de componentes curriculares da área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia das universidades federais, pode-se reforçar a afirmação de que ela existe como campo de conhecimento. Porém, aparece de forma não satisfatória se considerar os desafios da educação básica e os aspectos formativos requeridos para o exercício profissional do professor de Filosofia.

Referências

AGRATTI, Laura Viviana. A orientação de fundamento: uma perspectiva problematizadora para a formação de professores em Filosofia. In: KUIAVA, Evaldo Antônio; SANGALLI, Idalgo José; CARBONARA, Vanderlei (Orgs.). *Filosofia, Formação docente e cidadania*. Ijuí: Unijuí, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 492/2001*, de 03 de abril de 2004. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.

CERLETTI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERLETTI, Alejandro; COULÓ, Ana (Orgs.). *La formación docente universitaria en Filosofía*. Buenos Aires: NovEduc, 2020a.

CERLETTI, Alejandro; COULÓ, Ana (Orgs.). *La filosofía en la universidad: entre investigadores y profesores*. Buenos Aires: NovEduc, 2020b.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*. Resolução nº 492/2001/CNE, aprovada em 3 de abril de 2001. Brasília.

GALLO, Silvio. *Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio*. Campinas: Papirus, 2012.

MAAMARI, Adriana Matar; BAIRROS, Antônio Tadeu Campos de; WEBER, José Fernandes (Orgs.). *Filosofia na universidade*. Ijuí: Unijuí, 2006.

MATOS, Junot Cornélio de. *A formação pedagógica dos professores de Filosofia: um debate, muitas vozes*. São Paulo: Loyola, 2013.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes. Democracia e formação docente em Filosofia. *Revista Fermentário*, n. 11, v. 1, p. 1-12, 2017. Disponível em:

<http://www.fermentario.fhuce.edu.uy/index.php/fermentario/article/view/259>. Acesso em: 28 out. 2022.

OLIVEIRA, Paula Ramos de. A formação do professor de Filosofia: entre o geral e o particular. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, Brasília, n. 24, p. 221-231, 2015. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.v0i24.4763>. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4763>. Acesso em: 16 set. 2020.

RODRIGUES, Augusto; GELAMO, Rodrigo Peloso. Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição. *Educação e Filosofia*, v. 35, n. 74, p. 813–853, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v35n74a2021-62439>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/62439>. Acesso em: 2 nov. 2022.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira. Mudanças curriculares no curso de Filosofia licenciatura plena da UFSM: breves considerações. In: MAAMARI, Adriana Matar; BAIROS, Antônio Tadeu Campos de; WEBER, José Fernandes (Orgs.). *Filosofia na universidade*. Ijuí: Unijuí, 2006.

UICICH, Federico. As figuras do professor/a de Filosofia na formação de professores universitários em Filosofia na Argentina: uma análise a partir dos planos de curso. In: CERLETTI, Alejandro; COULÓ, Ana (Orgs.). *La Filosofía en la universidad: entre investigadores y profesores*. Buenos Aires: NovEduc, 2020.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: brevíssimo estado da arte. *Revista Estudos de Filosofia e Ensino*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2019a. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/estudosdefilosofiaeensino/article/view/419>. Acesso em: 1 set. 2020.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras. *Pro-Posições* [online], v. 33, p. 1-26, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0018en>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/qkr7MFLVxyCh6kPcfMtV4pK/?lang=pt#>. Acesso em: 2 nov. 2022.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O que é isto: O prof-Filo? *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 76-107, 2019b. DOI: <https://doi.org/10.32334/oqnf.2019n44a659>. Disponível em <http://www.oquenos-fazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/659>. Acesso em: 1 set. 2020.

Data de registro: 20/01/2023

Data de aceite: 24/01/2024